fb.me/AssociacaoAIDA
linkedin.com/in/aida-associação-695a25100

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

PALOP NEWS

127 EDIÇÃO MENSAL

2019
NOVEMBRO

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO

PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT

NOTÍCIAS DE ANGOLA

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO CRIA **FUNDO PARA LUSÓFONOS**

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) está a preparar um fundo de até 50 milhões de dólares para investimentos nos países lusófonos. A informação foi avançada por Mateus Magala, vice-presidente da instituição e coordenador do Compacto Lusófono para o Desenvolvimento.

"Vamos criar um fundo de 30 a 50 milhões de dólares para investimentos nos países lusófonos africanos, em que nós e outros parceiros podemos participar e depois financiar os projectos de valor de 1 ou 2 milhões de dólares, ou até podemos entrar no próprio projecto".

"Este modelo inovador será apresentado ao comité director no Fórum de Investimento Africano, em Joanesburgo, e traz a solução para o grande problema que temos hoje, que é a limitação de financiamento devido ao volume dos projectos e à capacidade de absorção que os países lusófonos mais pequenos têm", explicou o banqueiro moçambicano.

A criação do fundo foi a resposta encontrada pelos promotores do Compacto para contornar a política do BAD, que impõe que o banco financie apenas projectos num valor superior a 30 milhões de dólares, o que é um limite demasiado alto para projectos em países com economias mais pequenas, como São Tomé e Príncipe ou a Guiné-Bissau.

"Em todos os projectos, o BAD entra com um valor de até 30 por cento dos 30 milhões, e os outros investidores preenchem o restante. Se for aprovado, o Fundo vai facilitar que países como São Tomé e Príncipe possam beneficiar, mas este modelo não está limitado a esse país, é para todos os países" lusófonos, vincou Mateus Magala.

Para uma economia pequena, como São Tomé e Príncipe, "um projecto de 30 milhões de dólares não é possível, daí a iniciativa, mas não é exclusiva desse país, porque olhando para os outros países lusófonos, também têm um sector privado muito incipiente que pode beneficiar com investimentos numa faixa inferior" ao valor mínimo definido pela política interna do BAD, concluiu.

O Compacto Lusófono é uma iniciativa lançada no final de 2017 pelo BAD e pelo Governo português para financiar projectos lançados em países lusófonos com o apoio financeiro do BAD e com garantias do Estado português, que assim asseguram que o custo de financiamento seja mais baixo e com menos risco.

Portugal participa através da SOFID, disponibilizando 400 milhões de euros em garantias a conjugar com financiamento do BAD, que neste Compacto vai apoiar projectos orçados em até 30 milhões de dólares.

Mateus Magala adiantou, ainda, que a Corporação Financeira Internacional, o órgão do Banco Mundial para o sector privado, deverá entrar no Compacto Lusófono até Junho de 2020. "Há um interesse muito grande da Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), de bancos europeus e de bancos privados que estão interessados em abraçar o projecto", disse, acrescentando que "esperamos que a aprovação esteja iminente, e eu diria, numa perspectiva optimista, que no primeiro semestre, quando fizermos os Encontros Anuais do BAD, em Junho, já haja luz verde para os interessados", vincou o responsável.

Magala adiantou que desde a reunião do BAD em Malabo, Guiné Equatorial, em Junho passado, têm decorrido "conversações avançadas com o IFC e com o Banco Europeu de Investimento, e mais recentemente houve avanços".

FONTE: JORNAL DE ANGOLA

ANGOLA
Banco Africano de Desenvolvimento cria fundo para lusófonos

Mais de metade do orçamento de Estado para 2020 é para pagar dívida

MOÇAMBIQUE
Doing Business: O maior problema está na implementação das reformas aprovadas

Moçambique cresce só 2,5% este ano mas acelera para 10% em 2024

CABO VERDE
Associações açorianas vão celebrar protocolo "pioneiro" de cooperação com Cabo Verde

Dívida pública de Cabo Verde sobe para 2.260 milhões de euros em 2020

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
ONU apela a São Tomé e Príncipe para elaborar a sua estratégia para a zona de comércio livre continental africana

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:
Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

DESIGN E PAGINAÇÃO:
Incograf®

PROPRIEDADE
AIDA CCI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
1000 exemplares

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

MAIS DE METADE DO **ORÇAMENTO DE ESTADO** PARA 2020 É PARA PAGAR DÍVIDA

Mais de metade do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2020 de Angola, no valor de cerca de 15 biliões de kwanzas (mais de 27 mil milhões de euros), é para pagar a dívida pública, com um peso de 90% do PIB.

A informação foi avançada pelo ministro de Estado para a Economia, Manuel Nunes Júnior, no final da cerimónia de entrega da proposta de OGE para 2020 na Assembleia Nacional.

Segundo Manuel Nunes Júnior, o Governo vai dar ao OGE 2020 prioridade para a consolidação fiscal, com particular realce para o controlo da dívida pública e ao relançamento da actividade económica em Angola, com o objectivo de sair "do campo negativo de crescimento" e a retoma da economia.

Relativamente à consolidação fiscal, Manuel Nunes Júnior realçou a questão da dívida pública, que tem assumido uma trajectória nos últimos anos que leva o Governo angolano a dar-lhe "uma atenção muito especial".

O governante angolano lembrou que em 2014 iniciou-se uma crise económica e financeira que se vive até hoje.

"Em 2013, o peso da dívida em relação ao PIB [Produto Interno Bruto] era de apenas 30%, hoje está ao nível dos 90%. Esta é uma evolução bastante grande, que nos deve preocupar como pessoas que estão na gestão da economia do país", sublinhou.

Para fazer face à situação, o Governo de Angola está a elaborar orçamentos sem défices, disse Manuel Nunes Júnior.

"E sobre isso podemos dizer que os resultados são satisfatórios, porque, pela primeira vez, depois de cerca de três anos de défices nos orçamentos, em 2018 temos um saldo global positivo, isto é, um 'superavit' nas nossas contas fiscais de cerca de 2,2% do PIB em 2018", frisou.

Para este ano, informou o ministro de Estado, até ao primeiro semestre foi registado igualmente um 'superavit' nas contas fiscais, de cerca de 1,3% do PIB.

"Para o orçamento de 2020 temos também um saldo positivo, um 'superavit' de cerca de 1,2%. Esta é a maneira mais segura de nós sairmos daquilo que podemos considerar uma situação difícil e também de uma eventual entrada para uma armadilha da dívida [a contracção de dívida para pagar anterior dívida]", salientou.

No que se refere ao crescimento económico, também devido à crise, desde 2016 que Angola tem evidenciado taxas de crescimento negativas, que se repetiram em 2017 e 2018, apontando os dados preliminares deste ano igualmente para uma recessão económica.

"Mas precisamos de sair desse campo negativo de crescimento económico, porque leva a uma situação que socialmente não é aquela que nós desejamos, porque sem crescimento económico não há criação de empregos, não havendo não há aumento de rendimento das populações e não há o bem-estar que nós todos almejamos que tenhamos em Angola", disse.

No OGE de 2020 o Governo angolano está a prever uma retoma do crescimento económico, com uma taxa de crescimento de 1,8%, em que o sector não petrolífero terá um crescimento de 1,9%, com especial atenção para os sectores da agricultura, pescas, indústria transformadora, para garantir os recursos necessários para a saída do campo negativo.

Por sua vez, a ministra das Finanças de Angola, Vera Daves, destacou o 'superavit' da proposta orçamental para o próximo ano fiscal, "uma almofada para evitar endividamentos futuros".

"O preço de petróleo de referência são 55 dólares [49,50 euros] o barril, uma estratégia conservadora e para nos proteger, caso os movimentos de volatilidade do mercado petrolífero aconteçam a nosso desfavor, garantindo assim que a despesa que foi projectada tem maior probabilidade de ser executada", referiu.

De acordo com Vera Daves, neste orçamento há uma previsão de maior de realização de despesas do que no orçamento revisto de 2019 e o mesmo com relação às receitas.

"Há uma grande preocupação ou cuidado em assegurar que se consiga liquidar o máximo do nosso stock da dívida pública, sem descurar o conjunto de outras despesas sociais que temos que levar a cabo", ajuntou.

Sobre a taxa de inflação, a titular da pasta das Finanças avançou que a esperada é de 24,6%, muito a conta dos ajustamentos tarifários que estão a ser implementados.

"Mas acreditamos também que, fruto das medidas de melhoria do ambiente económico, o relançamento da participação do sector privado na economia nacional, acreditamos que a médio prazo teremos os fundamentos certos para voltarmos a iniciar uma trajectória de redução da taxa de inflação", disse.

A governante angolana disse que 40,7% é o peso das despesas totais no OGE, excluindo a dívida, o que representa uma melhoria comparativamente ao orçamento de 2019 revisto, em que o peso era de 39,8%.

FONTE: LUSA EM EURONEWS

NOTÍCIAS DE MOÇAMBIQUE

DOING BUSINESS: O MAIOR PROBLEMA ESTÁ NA IMPLEMENTAÇÃO DAS REFORMAS APROVADAS

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) diz que Moçambique caiu três lugares no Doing Business por deficiências na aplicação das reformas aprovadas no ano passado.

O sector privado não nega que tenham sido criadas reformas suficientes para que Moçambique subisse no ranking do Doing Business 2020 do Banco Mundial. Mas assinala que o problema está na implementação das mesmas entre o empresariado e o Governo.

Os empresários moçambicanos estão apreensivos com esta descida de Moçambique no ranking. Temem os efeitos disso na atracção do investimento externo.

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique defende que todos os intervenientes do ambiente de negócios arregacem as mangas para tirar o país da posição 138 no Doing Business 2021.

FONTE: O PAÍS SAPO MZ

NOTÍCIAS DE MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE CRESCE SÓ 2,5% ESTE ANO **MAS ACELERA PARA 10% EM 2024**

O departamento de estudos económicos do Standard Bank prevê que Moçambique cresça 2,5% este ano, e acelere para 3,7% em 2020, crescendo a dois dígitos a partir de 2024, devido às exportações de gás natural.

"Mudámos a nossa previsão de crescimento do PIB [produto interno bruto] para 2019 e 2020, com a primeira a ser revista 0,2 pontos em baixa, para 2,5%, e a segunda aumentada em 0,2 pontos, para 3,7%", lê-se no relatório de Outubro sobre os mercados financeiros africanos.

A mudança deve-se "à política monetária mais prudente que o esperado e aos desafios orçamentais deste ano, que abrandam a despesa agregada", explica o Standard Bank.

No documento, enviado aos investidores, os analistas do maior banco a operar em África afirmam que "o crescimento do PIB deverá acelerar para níveis acima dos 10% a partir de 2024, antes de estabilizarem numa taxa de 4% a longo prazo".

Estas previsões estão sustentadas na expectativa de que três centrais de processamento de gás natural estejam a produzir em 2024 mais de 30 milhões de toneladas por ano, argumentam os analistas.

O relatório nota ainda que "com o início da construção dos trens de gás natural liquefeito, os fluxos de investimento directo estrangeiro devem sustentar a economia, quer na formação de capital bruto, quer no que diz respeito à liquidez em moeda estrangeira, fazendo com que as taxas de juro possam descer".

Ainda assim, a economia de Moçambique enfrenta desafios, alertam os analistas, vincando que "a capacidade institucional limitada, as deficiências na facilidade de fazer negócios, a limitada mão de obra qualificada e a falta de um sector privado vibrante vão limitar a participação local nos projectos de gás natural liquefeito".

Uma situação que a ocorrer, frisa o documento, reduzirá "os potenciais benefícios para a economia nacional".

Para os projectos de gás natural mudarem realmente o país, salientam os analistas do Standard Bank, serão precisas duas condições: "por um lado, progresso nas reformas estruturais e matérias de governação e, por outro, fazer com que metade da população que vive em pobreza saia dessa condição".

FONTE: LUSA EM NOTÍCIAS AO MINUTO

NOTÍCIAS DE CABO VERDE

ASSOCIAÇÕES AÇORIANAS VÃO CELEBRAR **PROTOCOLO "PIONEIRO" DE COOPERAÇÃO COM CABO VERDE**

O acordo "Semear, colher e vender" tem um prazo de execução de dois anos e está orçamentado em 213 mil euros, valor financiado pelo programa PRORURAL+ e pelo Governo Regional dos Açores.

Três associações açorianas vão assinar um protocolo de cooperação "pioneiro" com Cabo Verde que visa "apoiar o desenvolvimento da agricultura" naquele país e promover as "trocas comerciais" entre os dois arquipélagos. A Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural (ASDEPR), a Associação Regional para o Desenvolvimento (ARDE) e a Associação Agrícola de São Miguel (AASM) estiveram reunidas para acertarem pormenores sobre este protocolo.

Em declarações aos jornalistas, o presidente da ASDEPR, Carlos Ávila, destacou que o protocolo surgiu devido às "necessidades" e "aspirações" de Cabo Verde e por uma "obrigatoriedade" definida pelo programa de desenvolvimento rural dos Açores financiado por fundos europeus PRORURAL+.

"Apercebemo-nos de duas coisas: primeiro que eles tinham necessidades e aspirações; em segundo lugar percebemos que nos era obrigatório, no âmbito do PRORURAL+, estabelecermos protocolos de cooperação ou com países europeus ou com países terceiros, entre os quais Cabo Verde", afirmou Carlos Ávila.

Por seu lado, o presidente da AASM, Jorge Rita, destacou a "vontade enorme" da associação a que preside em colaborar na iniciativa, afirmando que, "se os cabo-verdianos quiserem e entenderem que têm de trabalhar mais na agricultura, com mais conhecimento, obviamente que o programa de cooperação terá todo o sucesso".

Na reunião esteve também presente o secretário regional da Agricultura dos Açores, João Ponte, que vê esta cooperação com Cabo Verde como uma forma de "apoiar o desenvolvimento da agricultura" daquele país, "que é um território com um grande potencial de crescimento da actividade agrícola".

Por outro lado, defendeu que permitirá também "trocas comerciais", tendo em conta que Cabo Verde "importa muitos produtos agro-alimentares".

"Cabo Verde importa muitos produtos agro-alimentares, os Açores têm um grande potencial de produção e produtos de grande qualidade e Cabo Verde tem um sector do turismo muito forte. Portanto, acho que estão aqui reunidas as condições para potenciar essas trocas comerciais e julgo que essa iniciativa poderá facilitar esse aspecto para o sector agrícola aqui na região", destacou João Ponte.

Com a designação de "Semear, colher e vender", o projecto de cooperação tem um prazo de execução de dois anos e está orçamentado em 213 mil euros, valor financiado pelo programa PRORURAL+ e pelo Governo Regional dos Açores.

O projecto vai arrancar no próximo dia 13 de Novembro com a deslocação de 10 empresários açorianos do sector agrícola à feira internacional de Cabo Verde.

Entre as medidas apontadas no protocolo está a "assistência especializada" na produção de hortaliças em estufas, o "intercâmbio de agricultores e produtores", a "capacitação" de agricultores e criadores em "técnicas de produção, organização e comercialização de produtos", em "técnicas de transformação de hortícolas, frutícolas e produtos de origem animal", o desenvolvimento da floricultura, e ainda a "aquisição de pequenos equipamentos agrícolas".

FONTE: O JORNAL ECONÓMICO

NOTÍCIAS DE CABO VERDE

DÍVIDA PÚBLICA DE CABO VERDE SOBE PARA 2.260 MILHÕES DE EUROS EM 2020

A dívida pública cabo-verdiana deverá aumentar em 2020 para mais de 250 mil milhões de escudos (2.260 milhões de euros), equivalente a 118,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, segundo estimativa do Governo.

A informação consta da documentação de apoio à proposta de lei do Orçamento do Estado para 2020, que vai estar em discussão na Assembleia Nacional até Dezembro, e aponta para um aumento do 'stock' da dívida pública, em termos absolutos, de mais de 8.200 milhões de escudos (74 milhões de euros), face a 2019, equivalente a mais 3,4%.

O mesmo documento aponta que o Governo espera fechar as contas de 2019 com um endividamento total de 241.829 milhões de escudos (2.180 milhões de euros), o que representará um aumento de 5,6% face ao Orçamento executado em 2018, traduzindo-se ainda num equivalente a 122,3% do PIB.

O peso do 'stock' da dívida diminuirá em 2020, na previsão do Governo, para 118,5% de toda a riqueza produzida no país, neste caso devido ao aumento do PIB cabo-verdiano, que no próximo ano deverá chegar aos 211.094 milhões de escudos (1.900 milhões de euros), um aumento de 6,7% face à previsão para este ano.

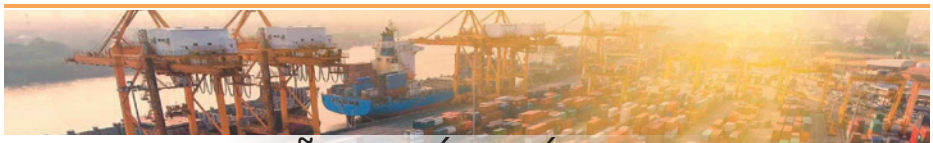
Em 2020, o peso do endividamento interno, contraído em Cabo Verde, manter-se-á praticamente inalterado face à previsão para este ano, atingindo os 63.924 milhões de escudos (578 milhões de euros), enquanto que o 'stock' da dívida contraída externamente deverá aumentar 4,2%, chegando aos 186.192 milhões de escudos (1.680 milhões de euros).

O documento acrescenta que a dívida externa de Cabo Verde é contratada "na sua maior junto de credores multilaterais, nomeadamente do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento, vertente de empréstimos com condições financeiras concessionais (96,0%). Existem, todavia, alguns empréstimos contratados junto de credores comerciais que, contudo, também beneficiam de condições concessionadas e com garantia externa", lê-se no documento.

Globalmente, a proposta de Orçamento do Estado para 2020 entregue no parlamento é de 73 mil milhões de escudos (663 milhões de euros), mais dois mil milhões de escudos (18 milhões de euros) do que o documento ainda em vigor, e prevê um crescimento económico de 4,8 a 5,8% do produto interno bruto (PIB), comparando com 2019.

FONTE: LUSA EM JORNAL ECONÓMICO

NOTÍCIAS DE S. TOMÉ E PRINCIPE



ONU APELA A SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE PARA ELABORAR A SUA ESTRATÉGIA PARA A ZONA DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA

O sistema das Nações Unidas instou o Governo de São Tomé e Príncipe a "adoptar acções deliberadas e envidar os esforços necessários através de estratégias nacionais eficazes e integradas, com o objectivo de maximizar os benefícios que o acordo de comercio livre trará".

O Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas em São Tome, Sra. Zahira Virani, lançou este apelo aos altos funcionários do Estado e mais de 50 participantes presentes num seminário organizado pelo Centro Africano de Políticas Comerciais (CAPC) da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), na cidade de São Tomé, para aprofundar o entendimento nacional sobre as medidas práticas que o país deve tomar para tirar melhor benefício do mercado comum continental.

"Neste sentido, é necessário apoiar as reformas políticas que visam implementar o acordo", destacou a Sra. VIRANI, observando que o sistema das Nações Unidas atribui importância especial à ZCLCA, e pretende, através da CEA, continuar a prestar apoio a São Tome e aos governos dos outros quatro pequenos Estados Insulares Africanos em Desenvolvimento (PEID), nomeadamente: Cabo Verde, Comores, Ilhas Maurícias e Seychelles.

Os PEID Africanos foram agrupados pela CEA, através do Centro Africano de Políticas Comerciais, num conjunto de países que devem beneficiar de assistência técnica personalizada, para tirarem melhor proveito das oportunidades do mercado comum africano, tendo em conta os desafios que este grupo de países enfrenta.

"Este projecto tem em conta as características estruturais particulares destes países, começando pela sua "insularidade", afastamento dos mercados continentais e custos associados, pequena dimensão territorial e densidade populacional, limitação em matéria de recursos naturais e vulnerabilidade ambiental e perante as alterações climáticas", reconheceu a Sra. Shamnaaz B. Sufrauj, em nome do CAPC. Neste caso especifico, "sabemos que a transformação estrutural de São Tomé e Príncipe exige a superação de certos obstáculos, tais como a falta de dados estatísticos necessários para a formulação de políticas coerentes baseadas em evidências", bem como "a necessidade de alinhamento das políticas de formação dos jovens com as necessidades de desenvolvimento do país", reafirmou o Sr. Simon Fouda, oficial dos assuntos económicos do escritório regional da CEA para a África Central, que está a contribuir com a sua experiência no projecto.

Concordando com as propostas dos representantes das Nações Unidas, a Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria de São Tome e Príncipe – Sra. Maria da Graça Lavres, declarou que o seu país tomaria todas as medidas necessárias para melhorar as suas exportações para o resto do continente a africano, primeiro, através da atracção do investimento estrangeiro para a modernização da economia, segundo, através da promoção da indústria manufactureira local, melhorando ao mesmo tempo, a capacidade de negociação dos actores nacionais.

A CEA defende que a economia azul pode desempenhar um papel importante na transformação estrutural, dai a necessidade do país estar preparado para a entrada no mercado comum. Isto exige o uso sustentável, gestão e conservação dos ecossistemas aquáticos e marinhos e recursos associados, e melhor articulação destes com outros sectores. O que implica a utilização de mais de 1.000 quilómetros quadrados de terra e uma zona marinha exclusiva de mais de 160.000 quilómetros quadrados, para melhorar drasticamente o sector das pescas e da aquicultura (que contribuiu com apenas 3% para o PIB do país em 2015).

Durante um contacto inicial para estimular o país rumo a ZCLCA, realizado em Abril de 2019, os quadros da CEA propuseram uma série de produtos e serviços que o país pode usar para aproveitar melhor o mercado livre, incluindo: a possibilidade de uma zona de comércio livre e transporte marítimos, ecoturismo e biodiversidade, combustíveis marítimos fósseis e renováveis, indústria farmacêutica e cosmética, recursos genéticos e produtos marinhos.

De acordo com o representante da União Africana, Sr. Youssouf Takane, que também participou no debate havido durante o seminário de dois dias em São Tomé, tendo em conta estas oportunidades, "é chegada a altura de desenvolver uma abordagem integrada para a preparação do continente para a zona de comércio livre, para fomentar a participação e integração de África na economia mundial".

FONTE: TÉLA NÓN